

## ATA Nº. 002/2017

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às vinte horas, reuniram-se os Vereadores, em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Taquaruçu do Sul. Contando com o número regimental de Vereadores, a Vereadora SIRLEI DE AZEVEDO CANCI, Presidente do Legislativo, invocou proteção de Deus e declarou aberta a presente sessão. Primeiramente, solicitou ao Vereador EVERALDO DUARTE DA SILVA, Primeiro Secretário, para que procedesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, passou-se para a leitura da Ementa do **Projeto de Resolução nº 001/2017**, que “Concede Revisão Geral nos vencimentos dos servidores ativos da Câmara Municipal de Vereadores; do quadro de cargos de provimento efetivo, contratação por tempo determinado, em comissão e funções gratificadas, altera padrão de vencimento, e dá outras providências”, e do Parecer Jurídico ao Projeto de Resolução nº. 001/2017. Em sequência, passou-se para a leitura do Requerimento nº 001/2017, do Vereador Hermes Luiz Argenta, Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, o qual solicitava a concessão de mais prazo para a análise do Projeto de Resolução nº 001/2017 pelas comissões, cujo pedido foi indeferido pela Presidente. Em seguida, passou-se para a votação do **Projeto de Resolução nº 001/2017**, que “Concede Revisão Geral nos vencimentos dos servidores ativos da Câmara Municipal de Vereadores; do quadro de cargos de provimento efetivo, contratação por tempo determinado, em comissão e funções gratificadas, altera padrão de vencimento, e dá outras providências”, o qual foi aprovado por maioria, sendo que votaram favoráveis os Vereadores Volnei Lapazini, Julio César Sponchiado, Gerson Luís da Rosa, Everaldo Duarte da Silva e Sirlei de Azevedo Canci (voto desempate), e contrários os Vereadores Marciano Rodrigo Gambin, Diana Chiele dos Santos, Regis Pessotto e Hermes Luiz Argenta. Em sequência, passou-se para a leitura da matéria constante na Ordem do Dia, sendo a seguinte: **Projeto de Lei nº 001/2017**, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial para incluir contas orçamentárias de receitas (rubricas) e de despesas (elementos), no orçamento municipal de 2017, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade; **Projeto de Lei nº 002/2017**, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a custear despesas com a realização do 2º Trilhão de Taquaruçu do Sul, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade; e **Projeto de Lei nº 003/2017**, que “Extingue o programa de incentivo ao incremento da arrecadação do Município instituído pela Lei Municipal nº 754, de 28 de novembro de 2005, e dá outras providências”, baixado para estudo nas comissões, a pedido da Vereadora Diana Chiele dos Santos. Posteriormente, havendo dois Vereadores inscritos para pronunciamentos, passou-se, primeiramente, a palavra ao Vereador HERMES LUIZ ARGENTA, o qual cumprimentou os colegas Vereadores, a Presidente, demais pessoas presentes e ouvintes. Primeiramente destacou que iria tratar acerca da votação do Projeto de Resolução que estava criando o padrão e aumento da revisão anual no percentual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete) ao Legislativo Municipal. Referiu que no mês de março do ano anterior, havia sido tomada a decisão a fim de ajudar e contribuir com Executivo Municipal, não concedendo o aumento no percentual de 10,67% (dez vírgula

sessenta e sete), ocorrido em março. Destacou que subiu aos cofres públicos um montante aproximado de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), entre os Vereadores e a Secretaria da Câmara. Ressaltou haver uma denúncia encontrada na Casa em maio de 2015, onde havia uma funcionária agente administrativa da Câmara recebendo o padrão 7 (sete), o qual foi alterado e os 9 (nove) Vereadores, inclusive o Vereador na época Marciano Gambin, a presidente Sirlei e o próprio Vereador encontraram a lei aprovada e transformada em lei. Destacou ter sido realizada uma reunião com os Vereadores, com exceção do Vereador Renato Dall' Asta que não estava na sessão em que foi discutido o aumento de salário, e posteriormente foi feita uma denúncia no Ministério Público, pois havia sido constatando um artigo adulterado em questão de pouco tempo e sancionado pelo Presidente do Legislativo da época, Sr. Marciano Rodrigo Gambin e pelo Secretário João Amarildo Dal Piva. Referiu que foi encontrado na rádio da cidade a gravação que o projeto adulterado com um artigo a mais, contendo o padrão 7 (sete), não existia na noite que havia sido votado e lido na Casa, motivo pelo qual foi levada a denúncia ao Ministério Público assinada pelos 8 (oito) Vereadores com exceção do Vereador Renato Dall' Asta, os quais inclusive já tinham sido ouvidos em Frederico Westphalen. Asseverou que a justiça tarda mas não falha, destacado que se fosse positivo a quem fez iria receber, e se havia sido alterado por alguém, iria pagar. Disse que havia votado contra o projeto e tinha solicitado para que o mesmo não fosse colocado em votação, assim como como outros vereadores haviam solicitado. Mencionou ter entrado em contato com o Vereador Everaldo pois queriam que o projeto não fosse colocado em votação naquele dia e tinha tomado uma decisão que não iria para a votação, mas em questão de minutos as palavras do vice-prefeito e mais pessoas fora da sala, sem os vereadores estarem juntos, voltaram atrás e colocaram o projeto em votação. Disse que foram 4 (quatro) votos contrários e 4 (quatro) votos favoráveis e que a presidente aprovou o projeto por 5 (cinco) votos a 4 (quatro) e que ele viu o sorriso que deu o vice-prefeito, quando foi aprovado o projeto. Falou que haviam mais projetos polêmicos, que o prefeito e o vice não estavam presentes e que havia sido por interesse de algumas pessoas. Esgotado seu tempo, o Vereador solicitou a Presidente do Legislativo mais 5 (cinco) minutos de tribuna, por ser líder de bancada, o qual foi concedido. Continuando seu pronunciamento, destacou que era preciso analisar os projetos que eram votados, e não votar por interesse só para um ou dois, mas para todos no direito. Asseverou que a lei é bem clara e que o direito existe, mas como foram denunciar no Ministério Público, seu voto havia sido contra, ressaltando que era preciso esperar a decisão do Ministério Público. Referiu que havia apresentado para a Secretária da Câmara um pedido de licença para tratamento de saúde, destacando que havia um secretário que estava assumindo uma secretaria, o Sr. Tiago Pessotto, que era um dos Vereadores suplentes, o qual não poderia assumir, pois era necessário pedir exoneração, e que a presidente deveria ter solicitado o segundo suplente. Questionou o porque não havia sido chamado segundo suplente, afirmando que sempre havia sido feito daquela forma, com exceção daquele dia. Disse que talvez não quisessem o quarto Vereador que votasse contra na Câmara naquele dia, só três, para ter quantidade absoluta. Asseverou que o Vereador Renato Dall' Asta, presidente do partido do Prefeito PSDB, estava sendo pouco valorizado no Município e para tantos Projetos que havia naquele dia teria que ter sido unanime de Vereadores na Casa, motivo pelo qual tomou a decisão de voltar naquela noite, votar as matérias e solicitar a retirada do seu pedido de licença. Disse

que era para ajudar todos, destacando que era para cortar despesas, mas que já tinham entrado gastando mais, aproximadamente o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) até o final dos 4 (quatro) anos. Pediu para colocarem na ponta da caneta, pois com as leis, tudo em cima, daria aquele valor a mais. Ressaltou que não tinha sido aumentado só R\$ 500,00 (quinhentos reais), e que no geral iria chegar a R\$ 604,00 (seiscentos e quatro reais) a mais, o aumento no percentual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete). Disse que tinha que fazer justiça para todos e que era preciso cortar gastos na Câmara, destacando que quando assumiu como Presidente em 2013 (dois mil e treze), disseram que foi o Vereador que mais gastou, entretanto, era preciso analisar daquele ano em diante, quanto ele havia gasto, afirmando ainda ter gente que gastou muito mais do que ele dentro da Casa. Asseverou que não gosta de ser pau mandado dentro do Legislativo, e se é pra um, é igualdade a todos os funcionários. Destacou haverem funcionários ganhando salários de novecentos e poucos reais no pátio de obras e serviços gerais, e que em março vão ganhar um aumento insignificante enquanto uma pessoa só, vai levar mais que a metade do salário desses funcionários. Concluiu seu pronunciamento dizendo que tinha que ser concedido aumento para essas pessoas, ressaltando que quem não tivesse contente, que pedisse as contas e fosse para um serviço privado. Em seguida, a Presidente SIRLEI DE AZEVEDO CANCI, passou a presidência a seu Vice Gerson Luís da Rosa, com o objetivo de usar a tribuna. Com a palavra a Vereadora ressaltou que primeiramente iria falar acerca do projeto que foi desempatado por ela mesma, o qual foi aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis, asseverando que era por forma justa e que não se discutia nome de pessoas. Em relação ao que o Vereador Hermes havia dito em seu pronunciamento, de que era para beneficiar uma pessoa, disse que não se falava em pessoas, mas sim Projeto de Resolução para um agente administrativo. Ressaltou que havia colocado os motivos do projeto, destacando que estavam sem agente administrativo e pretendiam fazer processo seletivo, fato que mais lhe motivava a fazer a votação no início do ano. Asseverou que não é costume, as insinuações que o Vereador Hermes fez, de que existem conchavos, garantindo não ser pau mandado de ninguém e que jamais seria, afirmando ainda ter pensamentos próprios, sendo capaz de tomar suas próprias decisões. Destacou que o Vereador Hermes havia sido presidente por diversas vezes e que nunca interferiam, ou tentaram interferir, pois o presidente tem que ser respeitado. Disse que é o Ministério Público que define quem é ou quem não é culpado quanto a ocorrido no ano anterior. Referiu estarem em uma nova legislatura e que era preciso seguir com ela. Falou acerca da viagem realizada por ela e pelo Vereador Julio César Sponchiado, a Porto Alegre, oportunidade em que aproveitaram que a Deputada Silvana Covatti estava assumindo como Governadora do Estado e levaram algumas solicitações, principalmente a continuidade do calçamento que vai em direção ao CESNORS, o qual era solicitado pelo Município, por alunos, pela sociedade e pela região. Ressaltou ainda a visita realizada ao SDR, solicitando auxílio para a feira do peixe, destacando que estavam aguardando o retorno do Prefeito que continuava em Porto Alegre, a fim de poder fazer um relatório dos recursos obtidos para a feira o mais breve possível. Em seguida, tomou posse da presidência e não tendo nada mais a tratar, a presidente encerrou a Sessão Ordinária, sendo que esta ata depois de aprovada vai assinada por ela e demais Vereadores presentes. Taquaruçu do Sul, 18 de janeiro de 2017.

Presidente: Sirlei de Azevedo Canci  
Vice-Presidente: Gerson Luís da Rosa  
1ª Secretário: Everaldo Duarte da Silva  
2º Secretário: Julio César Sponchiado  
Diana Chiele dos Santos  
Hermes Luiz Argenta  
Marciano Rodrigo Gambin  
Régis Pessotto  
Volnei Lapazini